

EDITORIAL

O quarto volume da RESPGE reúne valiosos estudos sobre temas atuais vinculados à linha de pesquisa central dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*: Direito Público. Sempre com a meta de contribuir para a resolução de problemas relevantes, as investigações realizadas por nossos Docentes e Discentes apresentam um duplo enfoque: (i) proporcionar o estudo doutrinário de forma crítica; e (ii) utilizar as experiências dos operadores do direito na área pública para gerar pesquisas acadêmicas inovadoras e propositivas.

A ESPGE tem como diferencial contar com um Corpo Discente formado por Procuradores do Estado, Advogados Públicos e Servidores Públicos envolvidos diretamente na resolução de problemas da gestão pública, um laboratório único para compreensão das dimensões jurídicas e administrativas para a concretização da Constituição Federal. Todo este potencial é regido pelas equipes de Coordenadores e Monitores formadas por Procuradores que somam à atuação prática, rica experiência acadêmica e contam com a participação especial de um Corpo Docente, nacional e internacional, de excelência, conforme se pode notar nesta edição da RESPGE.

No campo do Direito Comparado, três artigos abordam a área de Direitos Humanos, curso referencial com enfoque em mecanismos de análise do Estado como promotor dos Direitos Fundamentais. Para tanto, a Professora CHRISTINA BINDER, de Viena, apresenta um balanço sobre a atuação da Corte Europeia de Direitos Humanos e seus principais desafios, como o julgar seus próprios casos no prazo razoável e garantir o acesso universal, apesar da criação de critérios de admissibilidade restritivos. O Professor português MANUEL VALENTE analisa a importância de a ciência jurídica valer-se de sólidos fundamentos do Direito Penal Penitenciário para a promoção da ressocialização do detento, problema contemporâneo de ordem mundial. Por fim, o Professor JOSÉ LUIZ SOUZA DE MORAIS compartilha seus estudos realizados no Japão sobre o Sistema de Justiça Criminal.

A comemoração dos 25 anos da Constituição Federal encontra guarida em três estudos inéditos que abordam de forma crítica avanços e imperfeições. O Professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO brinda-nos com uma avaliação precisa e propostas pontuais para o aperfeiçoamento de problemas conjunturais, como a governança. A Professora FERNANDA DIAS MENEZES DE ALMEIDA investiga de modo excepcional o papel do Município e sua complexa posição na Federação brasileira. Com a ousada pergunta se realmente necessitamos de partidos políticos no sistema democrático brasileiro, o Procurador do Estado e Professor da ESPGE ENIO MORAES da Silva apresenta estudo inovador.

O *Direito Administrativo* é analisado pela Professora CAROLINA LEISTER que inova e aprofunda a temática dos Regimes Regulatórios na Indústria brasileira de Petróleo, com base no método *Law e Economics*.

Na área do *Direito Ambiental* o Procurador do Estado LUCAS DE FARIA RODRIGUES esmiúça os percalços legislativos que disciplinam o difícil problema das atuações concorrentes administrativas. DESIRRÉE RAMOS MANSANO aborda o compromisso de ajustamento de conduta como um importante mecanismo na defesa do meio ambiente e ALUISIO PINNA BRAGA esquadrinha o panorama prático dos reflexos da exigência da avaliação prévia do impacto ambiental na consecução de obras públicas.

A transformação progressiva do *Direito Processual Civil* poder ser acompanhada pela análise da pesquisa do Procurador do Estado REINALDO APARECIDO CHELLI sobre a ação popular, assim como da investigação feita pela Procuradora do Estado REBECCA CORRE PORTO FREITAS sobre os efeitos dos recursos especiais repetitivos.

Na área do DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO, destaca-se o artigo original da procuradora do Estado VERA WOLF BAVA MONTEIRO sobre um problema sistemático: a gestão de despesas públicas na virada de cada exercício financeiro.

Por fim, na área da Filosofia e Metodologia, destacam-se os trabalhos do Professor ORLANDO VILLAS BÔAS FILHO com um artigo essencial sobre a Teoria Sociológica da Justiça e da Professora CLARICE DE ARAÚJO, a qual demonstra seu profundo conhecimento na área da Semiótica Legal.

Especial homenagem merecem os Membros da Comissão Editorial, do Corpo Editorial e os Pareceristas pela seriedade dos julgamentos dos artigos pelo processo duplo-cego e pela divulgação de nossas pesquisas em várias Universidades, como Portugal, Espanha, Itália, Estados Unidos e, recentemente, até o Japão. O objetivo é produzir pesquisa acadêmica de boa qualidade, acessível no formato impresso e digital para oferecer soluções científicas para questões contemporâneas na área da Advocacia Pública e da Administração (www.pge.sp.gov.br/escolasuperior/revistas).

Por fim, a ESPGE dedica essa edição ao nosso querido Docente Professor JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES, que nos deixou de forma inesperada no final do ano 2013. Ficam registradas suas eloquentes e profundas aulas de Direito Ambiental, sua cultura e amor incondicional pela música clássica e pelos animais.

Patricia Ulson Pizarro Werner
Procuradora do Estado
Diretora da ESPGE
Diretora Científica da RESPGE